

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS - ANO IX- Nº 72- AGOSTO DE 2021

[f](#) [t](#) [i](#) [v](#) @adufgsindicato

REFORMA ADMINISTRATIVA ESCONDE ESTRATÉGIA PARA PRIVATIZAÇÕES NO SERVIÇO PÚBLICO PELO GOVERNO BOLSONARO

Arte: Thamires Vieira

Páginas 8 e 9



REFORMA ADMINISTRATIVA É
A DESTRUIÇÃO DO ESTADO E
DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

UFCAT

COMITÊ DE
ÉTICA GARANTE
ANDAMENTO
DE PESQUISAS
REALIZADAS
COM HUMANOS

Página 6

UFG

MEDICAMENTO
FITOTERÁPICO
RECEBE PATENTE
NOS EUA E
NO BRASIL

Página 7

TECNOLOGIA

PLATAFORMA
AJUDA A
MONITORAR
EDUCAÇÃO
NA PANDEMIA

Página 10

TRAJETÓRIA

PROFESSORA
LUCIANA ELIAS
TEM HISTÓRICO
DE DEFESA DOS
DIREITOS HUMANOS

Página 16

prestação de contas		
Abril de 2021		
1	Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros	
1.1	Contribuição Filiados - Mensalidades	377.670,73
1.2	Ingressos, Eventos e Festas	0,00
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.461,69
1.4	Receitas Financeiras	11.389,04
1.5	Outras Receitas	71.456,70
1.6	Resgate de aplicações financeiras	100.497,44
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	1.370,13
Total R\$		561.105,47
2	Custos e Despesas Operacionais	
2.1	Despesas com Pessoal	
2.1.1	Salários e Ordenados	67.741,26
2.1.2	Encargos Sociais	36.714,35
2.1.3	Seguro de Vida	764,22
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	2.526,55
2.1.5	Ginástica Laboral	0,00
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	9.028,08
2.1.7	PIS s/ Folha de Pagto.	1.023,08
Total R\$		117.797,54
2.2	Serviços Prestados por Terceiros	
2.2.1	Cessão de Uso de Software	2.754,48
2.2.2	Despesas com Correios	718,13
2.2.3	Energia Elétrica	2.476,02
2.2.4	Honorários Advocatícios	13.420,56
2.2.5	Honorários Contábeis	4.320,00
2.2.6	Locação de Equipamentos	400,00
2.2.7	Serviços Gráficos	0,00
2.2.8	Honorários de Auditoria	0,00
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	4.391,46
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	419,90
2.2.11	Vigilância e Segurança	521,83
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	2.324,41
2.2.13	Serviços de Informática	2.865,97
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	0,00
2.2.15	Água e Esgoto	593,65
Total R\$		35.206,41
2.3	Despesas Gerais	
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	5.711,39
2.3.2	Despesas com Táxi	0,00
2.3.3	Despesas com Coral	1.042,00
2.3.4	Despesas com Grupo Travessia	0,00
2.3.5	Diárias de Viagens	4.128,00
2.3.6	Tarifas Bancárias	989,96
2.3.7	Lanches e Refeições	2.387,30
2.3.8	Quintart	0,00
2.3.9	Patrocínios e Doações	12.982,76
2.3.10	Manutenção de Veículos	5.540,83
2.3.11	Festa do Professor	0,00
2.3.12	Festa Final de Ano	0,00
2.3.13	Passagens Aéreas e Terrestres	0,00
2.3.14	Gêneros de Alimentação e Copa	728,66
2.3.15	Despesas com manutenção Sede Campestre	20.574,78
2.3.16	Hospedagens Hotéis	608,00
2.3.17	Material de expediente	626,00
2.3.18	Outras despesas diversas	1.322,79
2.3.19	Manutenção e Conservação	1.277,08
2.3.20	Homenagens e Condecorações	0,00
2.3.21	Despesas com Sede Adm. Jataí	917,81
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Catalão	1.853,96
2.3.22	Despesas com cursos para aposentados	0,00
2.3.23	Cópias e autenticações	0,00
2.3.24	Sabadart/Festa do Professor Jataí	0,00
2.3.25	Evento "Mais Sindicato" - Catalão	0,00
2.3.26	Despesas com Manifestações	1.500,00
2.3.27	Encontro Nacional PROIFES-FEDERAÇÃO	0,00
2.3.28	Despesas com Espaço Saúde	0,00
2.3.29	Despesas com atividades do Espaço Cultural	1.327,40
2.3.30	Despesas com processos jurídicos	0,00
Total R\$		63.518,72
2.4	Despesas Tributárias	
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	3.954,16
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	74,99
Total R\$		4.029,15
2.5	Repasse Fundo Social e Contribuições	
2.5.1	Repasse para C/C Fundo Social	0,00
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	0,00
2.5.3	Proifes Federação	27.571,12
Total R\$		27.571,12
Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$		248.122,94
3	Resultado do exercício 04.2021 (1-2)	312.982,53
4	Atividades de Investimentos	
4.1	Imobilizado	
4.1.1	Construções e Edificações	186.769,27
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	0,00
4.1.3	Veículos	0,00
4.1.4	Móveis e Utensílios	0,00
4.1.5	Computadores e Periféricos	0,00
4.1.6	Outras Imobilizações	0,00
Total R\$		186.769,27
4.2	Intangível	
4.2.1	Programas de Computador	0,00
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	0,00
Total R\$		0,00
4.3	Aplicações Financeiras	
4.3.1	Aplicação	40,00
Total R\$		40,00
Total Geral dos Investimentos R\$		186.809,27
5	Resultado Geral do exercício 04.2021 (3-4)	126.173,26

Os valores contidos nestes relatórios estão por Regime de Caixa. Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.

EDITORIAL

ALINHAMENTO DESTRUTIVO

O Governo Federal e o Congresso Nacional estão cada vez mais alinhados em prol do desmonte do Estado e dos serviços públicos. A reforma administrativa do governo Bolsonaro, tema da matéria de capa desta edição do Jornal do Professor, é um exemplo disso. O presidente da Câmara, deputado Arthur Lira, já anunciou que a pauta – que prevê graves prejuízos contra os servidores públicos e os serviços oferecidos à população -, é prioridade para o próximo semestre.

A privatização dos Correios também deve ser prioridade na volta do recesso. Se a medida for efetivada, diversos municípios podem deixar de ser atendidos, uma vez que a privatização visa o lucro e alguns trabalhos, como a entrega de livros didáticos, a distribuição de urnas nas eleições e de medicamentos podem deixar de existir.

Para facilitar a aprovação de suas pautas, Bolsonaro abraçou para si aquilo que sempre criticou: o Centrão, grupo de políticos de vários partidos, que não possuem uma orientação ideológica específica e tem como objetivo assegurar uma proximidade ao Poder Executivo em troca de vantagens e distribuição de privilégios.

A última jogada neste sentido foi a nomeação do senador Ciro Nogueira, presidente do PP, como ministro da Casa Civil. O parlamentar tem um histórico alinhado a Bolsonaro no Senado e nas redes sociais, além de atuação nas principais comissões da Casa.

Na edição 72 do Jornal do Professor, estão disponíveis reportagens sobre a movimentação do governo e a luta do Adufg-Sindicato e do movimento sindical em defesa dos direitos e dos serviços públicos.

Boa leitura!

Redação: (62) 3202-1280
jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

ERRATA

A reportagem intitulada “Como a nanotecnologia pode combater o câncer”, publicada na última edição do Jornal do Professor, apresentou algumas informações incorretas. O texto foi corrigido e publicado no site de notícias do Adufg-Sindicato e está disponível em <https://www.adufg.org.br/noticias/2-noticias/9576-como-a-nanotecnologia-pode-combater-o-cancer>.



19ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das
Universidades Federais de Goiás

Flávio Alves da Silva
Diretor Presidente

Walmirton Tadeu D’ Alessandro
Diretor Vice-Presidente
e de Comunicação

João Batista de Deus
Diretor Administrativo

Geovana Reis
Diretora de Assuntos Educacionais,
de Carreira e do Magistério Superior

Fernando Pereira dos Santos
Diretor Financeiro

Ana Christina de Andrade Kratz
Diretora de Convênios e de
Assuntos Jurídicos

Abraão Garcia Gomes
Diretor de Assuntos de
Aposentadoria e Pensão

Luis Antônio Serrão Contim
Diretor para Assuntos Interinstitucionais

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS
DOCENTES DAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO IX - Nº 72

AGOSTO de 2021

Professor Juarez Ferraz de Maia
Idealizador do projeto

Cleomar Nogueira
Projeto gráfico original

Rafael Vaz
Editor responsável
Luciana Porto (JP 3175 GO)
Reportagem

Vinicius Braga (JP 3219 GO)
Reportagem

Revisão: Hélio Furtado do Amaral
Fotografias: Erik Ely

Diagramação: Thamires Vieira

Data de fechamento: 03/08/2021

Tiragem: 2500 exemplares

Impressão: Stylo Gráfica

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova -
Goiânia - Goiás - (62) 3202-1280

Acompanhe nossas redes sociais:
@adufgsindicato

www.adufg.org.br



Flávio Alves
da Silva*

REFORMA ADMINISTRATIVA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CORRUPÇÃO NO SETOR PÚBLICO

As denúncias de irregularidades na compra da vacina Covaxin partiram de um servidor público concursado. Da mesma forma, quem denunciou o ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, por suposto envolvimento com esquema de exportação de madeira ilegal também foi um servidor efetivo. Os dois casos recentes servem para ilustrar parte da importância da estabilidade dos servidores públicos, que atualmente está sob ameaça com a proposta de reforma administrativa apresentada pelo Governo Federal.

O debate sobre o tema voltou à agenda política a partir do encaminhamento do governo ao Congresso da PEC 32/2020, que propõe mudanças na organização administrativa e nos vínculos entre Administração Pública e servidores. Se o texto original da PEC 32/20 for aprovado pelo Congresso Nacional, servidores públicos poderão ser demitidos sem a necessidade de decisão judicial transitada em julgado e sem abertura de processo administrativo, únicas duas formas de desligamento previstas pela Constituição Federal.

Por meio de lei complementar, a reforma quer regulamentar a avaliação de desempenho, sem qualquer garantia de critérios técnicos, dando margem total para perseguições e práticas de assédio. Ou seja, entre os inúmeros retrocessos que constam na PEC, está a ampliação do controle do poder público sobre os servidores, impedindo que eles cumpram o papel de zelar pelas tarefas de atender e servir efetivamente à população.

Sem estabilidade, provavelmente, os dois profissionais citados no início do texto já estariam fazendo parte das estatísticas de desemprego do País. No caso do servidor que avisou o presidente Jair Bolsonaro das irregularidades na questão das vacinas, teria sido demitido antes mesmo de fazer a denúncia ao Ministério Público e à CPI da Covid, ao passo que a sociedade brasileira não teria conhecimento de que estava sendo lesada.

A perda da estabilidade colocará os servidores em situação de total desproteção contra a pressão de governantes corruptos e de políticos. Eles poderão sofrer perseguições, ameaças, assédios e outros abusos que, certamente, também devem atingir a sociedade como um todo.

As mudanças de regras para ocupação de cargos de confiança previstas na PEC também podem fazer com que União, estados e municípios tenham 1 milhão de postos para livre nomeação, inclusive para pessoas sem concurso. Na prática, serão pelo menos mais 207,3 mil vagas para cargos que, hoje, são ocupados exclusivamente por servidores de carreira. A medida, certamente, favorecerá o patrimonialismo e fomentará a corrupção no âmbito do poder público.

Se a reforma passar e a estabilidade for perdida, servidores de carreira poderão ser demitidos com facilidade para dar lugar a apadrinhados sem concurso público. Dessa forma, os governantes poderão ter amplo domínio sobre a força de trabalho do setor público. Corre-se o risco, também, de aumentar o número de casos de atividades estatais dirigidas para o benefícios de interesses privados.

Outro ponto de grande retrocesso da proposta é a possível substituição de servidores por terceirizados. É isso mesmo! Parte da PEC 32/20 prevê que serviços prestados pelo Estado passem a ser desempenhados por entidades privadas. Neste caso, a única restrição para uso de pessoal privado seria para atividades desempenhadas por funcionários das chamadas “carreiras típicas de estado”, que ainda seriam definidas por projeto de lei. Na prática, a proposta quer garantir lucros a setores privados às custas da precarização do atendimento à população.

Não há a menor dúvida de que a reforma administrativa, se aprovada, deve sucatear os serviços oferecidos à população. Substituir servidores públicos por terceirizados, certamente, significa colocar interesses das elites econômicas acima das necessidades dos cidadãos comuns. Ou seja, é um meio de utilizar o orçamento público para atender compromissos políticos e eleitorais.

Defensores da proposta do governo argumentam que a introdução de uma dinâmica parecida com o setor privado, facilitando demissões, pode garantir mais eficiência no serviço público. No entanto, é mais um mito da PEC do governo Bolsonaro, uma vez que os serviços públicos e privados têm objetivos distintos. Afinal, o privado visa primordialmente o lucro, ao passo que o público tem como missão servir a sociedade como um todo.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, justifica a PEC 32/20 como uma medida para cortar gastos, mas nunca apresentou números que justificassem isso. O presidente da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, Fernando Monteiro, por sua vez, argumenta sobre aumentar a eficiência do serviço público. No entanto, não há como aumentar a eficiência ou reduzir custos por meio de uma proposta que aumenta a influência de políticos sobre os servidores. O fato é que

a proposta do governo não apresenta qualquer dispositivo para aumentar a eficiência no setor público. O que se pode esperar da proposta é, na verdade, a redução da eficiência e a substituição da qualificação pelo apadrinhamento.

Nunca foi tão necessário valorizar os servidores públicos como agora. Diante da grave crise de saúde, econômica, política e humanitária que assombra o País, os servidores estão mobilizados – nas mais diversas áreas –, no enfrentamento ao coronavírus (Covid-19).

Pela atuação do governo até agora, a pandemia ainda está longe de chegar ao fim no Brasil. A sociedade enfrentará longas e difíceis batalhas pela frente e os servidores públicos serão aliados importantes na reconstrução da normalidade. Portanto, garantir a estabilidade é fundamental para que a redução das desigualdades causadas pela crise sanitária seja efetiva. A hora de lutar contra o retrocesso é agora.

**Flávio Alves da Silva é presidente do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato), professor da UFG e doutor em Engenharia de Alimentos pela Unicamp.*



Lisbeth Oliveira*

MAIS DE UMA DÉCADA SE PASSOU

Até hoje me pergunto por que não dei ouvidos àquela mensagem clara que trazia Lucas Cardoso Fortuna, ex-aluno do Curso de Jornalismo e militante dos direitos LGBTs na UFG, que em 18 de novembro de 2012 foi assassinado, deixando-nos de certa forma órfãos. Como todas as manhãs antes do início das aulas, Lucas entrava no meu gabinete acadêmico, ansioso por “colocar a conversa em dia”. Conversávamos desde nossas angústias pessoais até os últimos acontecimentos políticos, econômicos e culturais, além dos problemas do curso de Jornalismo. Ele era inquieto, de pensamento lógico e sagaz. Com ele eu tinha interlocução perfeita, coisa rara hoje em dia. Nem sempre eu conseguia dar a ele a atenção que merecia. Apesar de chegar bem antes das oito depois de levar Sol de Luna para a escola, eu precisava correr contra o tempo para providenciar os últimos preparativos de sala-de-aula.

Mas vamos aos fatos. Depois do abraço (sim, naquele tempo era possível), Lucas já começou dando o recado: meu pai (Avelino Mendes Fortuna, funcionário da Celg na época) disse que a Celg está construindo e está prestes a colocar em funcionamento uma usina termelétrica aqui pertinho do Câmpus. Não é longe de onde você mora, disse. Confesso que inicialmente não percebi a gravidade da notícia. Talvez por não conhecer nem de longe as consequências nefastas e duradouras para o meio ambiente e para nós moradores, de uma produção de energia dessa natureza.

Nossa matriz energética era predominantemente baseada nas hidrelétricas. Essas, sim, traziam consequências ambientais irreparáveis e impactos em comunidades indígenas e quilombolas. Sobre essas eu era capaz de me indignar muito e discutir por horas.

Mal sabia eu que anos depois estaria vivendo o pesadelo da poluição, principalmente sonora, tão de perto. A Usina Termelétrica Xavantes começou a funcionar movida a Diesel no início dos anos 2000 e desde então os moradores do entorno do Câmpus Samambaia não conseguem impedir seu funcionamento. Sua concessão é renovada automaticamente pelo Governo Federal. Nós da população afetada 24 horas por dia, raramente conseguimos trazer o órgão fiscalizador municipal para medição de ruídos e constatação de que a lei vem sendo descumprida e esse aspecto legal é apenas um dos tantos outros aspectos do problema maior de saúde que vive a população dos bairros limítrofes à área da usina.

Agora, mais que nunca, a população precisa “ficar em casa”, trabalhando ou esperando a tragédia sanitária passar e, agora mais que nunca, os ruídos têm se tornado ininterruptos e intensamente insuportáveis.

Os moradores já cansados de anotar protocolos de reclamação em junho de 2021 uma leve sensação de “alívio” ou pelo menos de “fomos ouvidos”, quando finalmente a usina foi multada em R\$ 30 mil. A usina não parou e isso não fez nem “cócegas” na empresa, disse uma moradora descontente com o valor da multa e com o desconhecimento do destino desse dinheiro. O auditor fiscal admitiu em seu documento de vistoria que o “valor é justo e que não afeta as finanças da empresa, que por sinal é Sociedade Anônima, portadora

de grande capital”. Admitiu também “que a poluição sonora por ela gerada afeta não só a denunciante, mas toda uma comunidade que tem o sossego prejudicado diuturnamente”.

Segundo o Relatório Usinas Termoelétricas e a Crise no Setor Elétrico Brasileiro pela COVID-19, produzido em julho de 2020 pelo Instituto Clima e Sociedade (iCS) e pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), no cenário otimista de recuperação da economia após a COVID-19, há uma sobreoferta estrutural de energia contratada no SIN (Sistema Interligado Nacional). E ela vai durar até 2024: “A sobreoferta já existia em 2019, mas foi magnificada pela brutal queda na demanda provocada pela pandemia”.

Paradoxalmente, no início de junho recebemos estarrecidos a notícia de que o governo iria contratar energia mais cara das termelétricas sob alegação desta ser a saída para enfrentar a piora da crise hídrica. Recentemente o Movimento dos Jornalistas Livres chamou a atenção para a farsa da crise hídrica no setor elétrico². O Ministério das Minas e Energia sustenta este discurso e através da Portaria Normativa nº 13, de 2 de junho de 2021, permitiu que usinas termelétricas sem contrato e movidas a partir da queima de carvão, óleo diesel e biomassa pudessem entrar em ação. Antes, só era permitido o acionamento de usinas termelétricas sem contrato movidas a gás natural. A nova regra agrava ainda mais o cenário e desconhece o lado do consumidor e morador de áreas urbanas onde usinas termelétricas já estão instaladas e em funcionamento. Este consumidor e cidadão já não aguenta mais ficar à mercê de um mercado que continuará “sobrecontratado em níveis muito acima do equilíbrio oferta - demanda”, segundo o relatório citado. E conclui: “...o reflexo será um aumento das tarifas pelo fato de custos, fixos e variáveis, serem divididos para uma base menor de consumidores. Além disso, o custo do socorro ao setor elétrico será pago através das contas mensais de eletricidade, muito provavelmente ainda na vigência da pandemia”.

Não precisamos de grandes análises econômicas para saber que como cidadãos e consumidores estamos sendo ludibriados há anos: não fomos consultados sobre a matriz energética que gostaríamos de ter, não estamos pagando um preço justo pelos serviços que recebemos, não somos respeitados nem dentro de nossa casa, não gostaríamos de ter um fornecedor de energia que continuasse poluindo e nos adoecendo coletivamente.

A esperada mudança de postura da Usina Termelétrica Xavantes não aconteceu nem depois da infração, nem depois de inúmeras reuniões com vereadores, deputados e outros de “nossos representantes”. Pelo contrário, a usina mantém seu funcionamento dia e noite, nos atormentando sem tréguas. A população num quase último suspiro, reivindica o fechamento definitivo da usina e está recolhendo assinaturas em um abaixo-assinado virtual.

**Lisbeth Oliveira é professora da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás.*

RESPINGOS

Notícias do movimento docente, da vida na UFG
e de questões jurídicas sobre o magistério superior

Por João de Deus

Abraçado ao Centrão

Desesperado com a queda de popularidade e com as manifestações contra o sua gestão, o presidente Jair Bolsonaro sacramentou o senador Ciro Nogueira (PP-PI) como novo ministro-chefe da Casa Civil. Na ocasião, o mandatário disse em entrevista a uma rádio que estava entregando ao líder do chamado “Centrão” a “alma do governo”. Se antes das eleições, Bolsonaro criticava abertamente o grupo composto por partidos, como PP, PL, REPUBLICANOS e PTB -, agora o mandatário disse que Ciro Nogueira vai melhorar a interlocução do governo com o Congresso.

Apagão na ciência

Professores e pesquisadores do Brasil inteiro tentaram acessar a plataforma Lattes, em que ficam hospedadas todas as informações dos pesquisadores, bem como os seus trabalhos desenvolvidos, mas não conseguiram. Ao procurarem o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) foram informados de que o sistema Lattes estava fora do ar, pois o servidor do órgão “queimou”.

Corte de bolsas

O Ministério da Ciência e Tecnologia cancelou R\$ 116 milhões do orçamento voltado ao programa de bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em 2021. Com isso, o pagamento de bolsas para mais de 80 mil pesquisadores está em risco. A informação extraoficial é do Sindicato Nacional dos Gestores Públicos em C&T (Sindgct).

Sem conectividade

O governo Jair Bolsonaro recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para não ter de oferecer conexão à internet para alunos e professores de escolas públicas. Bolsonaro já havia sido derrotado no Legislativo, pois havia vetado lei que determina a aplicação de R\$ 3,5 bilhões nesse serviço, mas o Congresso derrubou o veto. Agora, o governo recorre ao STF para se livrar da obrigação.

Desrespeito

Rompendo uma tradição que vigorava desde o final dos anos 1990, Jair Bolsonaro já nomeou 19 reitores de universidades federais que não foram os mais votados nas eleições internas das instituições. Isso representa mais de um quarto das 69 universidades e 40% das nomeações feitas pelo presidente. Até o

final do seu mandato, o mandatário ainda poderá escolher outros 13 reitores.

Falando nisso...

Cinco reitores de universidades federais pediram desligamento da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) alegando que a entidade é hostil ao governo Jair Bolsonaro. Chama a atenção, no entanto, que, ao menos dois gestores, apoiaram o presidente publicamente. Um terceiro foi indicado para o cargo pelo deputado bolsonarista Bibo Nunes (PSL-RS).

Fotos: Erik Ely



Artistas goianos também estão mobilizados na defesa dos direitos e contra atuação do Governo Federal

Nada a comemorar

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) divulgou uma nota sobre a atuação do ministro da Educação, Milton Ribeiro, que acaba de completar um ano no cargo. “A falta de compromisso com a coisa pública e a incompetência para o exercício do cargo são marcas indeléveis de mais uma gestão de fracasso na história da educação brasileira”, afirma a entidade.

Boa notícia

Goiás foi a quinta unidade da federação que mais reduziu a disparidade entre negros e brancos no ensino superior nos últimos anos. Hoje, ocupa a posição de quarto estado com o menor desequilíbrio racial do país, segundo o Índice Folha de Equilíbrio Racial (Ifer). Entre os motivos, está o pioneirismo em ações afirmativas específicas, como o programa UFGInclui, da Universidade Federal de Goiás.

RÁPIDAS

Justiça

O Tribunal de Justiça de São Paulo manteve sentença que condenou a deputada federal bolsonarista Carla Zambelli a indenizar os músicos Tom Zé e José Miguel Wisnik em razão do uso da canção Xiquexique, sem autorização, em vídeo de propaganda sobre o presidente Jair Bolsonaro.

Em família

O senador Flávio Bolsonaro, filho do presidente da República, ganhou lugar na CPI da Covid-19, que investiga supostas irregularidades cometidas pelo Governo Federal na pandemia.

Detonado

Zezé Di Camargo se posicionou, nas redes sociais, favorável ao voto impresso, medida defendida pelos bolsonaristas. A repercussão foi negativa e os internautas criticaram o sertanejo. “Esqueceram de avisar o Zezé que ele não tem voz nem para cantar, imagine para convocar o povo para manifestação em prol de voto impresso”, disparou um usuário. “Que morte horrível do Zezé apoiando o Bolsonaro”, comentou outro.

COMITÊ DE ÉTICA DA UFCAT GARANTE O BOM ANDAMENTO DAS PESQUISAS REALIZADAS COM SERES HUMANOS

Colegiado é responsável por aprovar e acompanhar o andamento das pesquisas



Foto: Divulgação

Professora Adriana Freitas Neves coordena colegiado formado por 16 membros de diferentes áreas do conhecimento



Foto: Divulgação

Em razão da pandemia, reuniões do Comitê de Ética têm sido realizadas de forma virtual

Vinícius Braga

Quando se trata de pesquisa com seres humanos, é imprescindível que os pesquisadores resguardecam a integridade e a dignidade dos participantes envolvidos. Neste contexto, os Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPs) apresentam um papel fundamental, já que é o responsável por deliberar se a pesquisa pode (ou não) ser iniciada, além de acompanhar todo seu andamento.

Desde 2018, a Universidade Federal de Catalão (UFCAT) conta com um CEP apto para avaliar e emitir pareceres de protocolos de pesquisa, contribuindo para a execução de projetos que envolvam seres humanos. O colegiado está funcionando como CEP/UFCAT desde o dia 5 de maio de 2021, devido ao desmembramento da Regional Catalão da UFG, e conta com 16 membros de diferentes áreas do conhecimento.

Coordenado pela professora Adriana Freitas Neves, doutora em genética molecular e docente nos cursos de graduação em Ciências Biológicas e Enfermagem, o grupo realiza reuniões mensais. O objetivo é proteger os participantes das pesquisas e contribuir para o desenvolvimento dos pro-

jetos, conforme as orientações do Conselho Nacional de Saúde e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CNS/Conep).

“Além desta atividade regular deliberativa, neste ano, iniciamos a oferta de disciplinas para a graduação e pós-graduação, com intuito de ampliar nossas ações educativas. Em termos de extensão, desenvolvemos também atividades de capacitação dos membros, palestras e oficinas para a comunidade acadêmica da Universidade”, explica a docente.

Exigências

A professora destaca que, para a constituição de um CEP, é necessário seguir normas específicas do CNS. “A partir disso, temos o seu devido funcionamento com as garantias institucionais, a qualidade do trabalho do Comitê, a capacitação de membros e a guarda confidencial das informações com as quais trabalhamos”, diz.

Quando alguém é convidado ou se dispõe a participar de uma pesquisa como participante, o pesquisador responsável deve fornecer todas as informações sobre os procedimentos que serão realizados e compro-

var que o projeto foi devidamente aprovado por um CEP e/ou pela Conep.

Todas as informações precisam estar registradas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). No documento, formulado pelo pesquisador, deve constar o detalhamento dos procedimentos, dos riscos e dos benefícios associados à escolha de participar de uma pesquisa. A decisão de assinar cabe ao voluntário.

O TCLE também deve ser de fácil compreensão e assegurar os direitos dos envolvidos. Entre eles, destacam-se: ter oportunidade de esclarecer suas dúvidas; ter liberdade de recusa em participar do estudo; receber assistência (integral e imediata) por danos, de forma gratuita; ter acesso aos resultados durante o estudo; ter assegurada sua privacidade; entre outras.

O CEP é responsável por receber dos participantes da pesquisa denúncias de abusos ou notificação sobre fatos adversos que possam alterar o curso normal do estudo. Desta forma, o colegiado deve deliberar pela continuidade, modificação ou suspensão da pesquisa.

Adriana Freitas Neves ainda ressalta que o participante de pesquisa possui representação

constante no CEP e na Conep. Os seus representantes integram o colegiado, podendo participar ativamente e opinar nas reuniões.

Desafios

A docente também fala sobre os desafios do Comitê de Ética da UFCAT. Segundo ela, eles sempre existem e incluem melhorias diversas, como as administrativas, em sua infraestrutura e nos atendimentos às demandas, sobretudo dos pesquisadores.

“Nas articulações externas, os desafios estão na busca pelo aprendizado constante e na difusão dos documentos, tais como resoluções, normas, cartilha e orientações para a comunidade científica”, acrescenta.

Os cortes orçamentários nas universidades federais brasileiras também impactam no trabalho do CEP, de acordo com ela. “Isso pode comprometer as perspectivas de melhorias locais, importantes num melhor desempenho de suas funções. Por isso, tentamos estar em constante diálogo com os gestores institucionais para nos auxiliar no reconhecimento da importância do nosso trabalho”, finaliza.

MEDICAMENTO FITOTERÁPICO DESENVOLVIDO PELA UFG RECEBE PATENTE NOS EUA E NO BRASIL

Produto inovador tem como objetivo auxiliar pacientes em tratamento quimioterápico e/ou radioterápico contra o câncer no combate às inflamações, como a mucosite

Foto: Luciana Porto



Professora da Faculdade de Farmácia, Marize Campos Valadares usou conhecimentos de farmacologia e toxicologia no desenvolvimento do Fitoprot

Luciana Porto

A Universidade Federal de Goiás recebeu no início deste ano patente nos Estados Unidos e no Brasil para o Fitoprot. O medicamento, desenvolvido em colaboração entre a Faculdade de Farmácia e Faculdade de Odontologia, é uma alternativa viável e fitoterápica para a mucosite, reação adversa comum ao tratamento quimioterápico ou radioterápico que atinge a maioria dos pacientes em tratamento contra o câncer. A proposta surgiu das inúmeras discussões sobre a ausência de terapias medicamentosas efetivas para esta condição que, quando se agrava, diminui a qualidade de vida e as chances de tratamento dos pacientes.

Coordenadora da pesquisa e professora da Faculdade de Farmácia, Marize Campos Valadares explica que os processos da quimioterapia e radioterapia agredem não apenas as células tumorais. Por isso, é comum que esse tipo de tratamento induza também a morte de células metabólicas, como as que revestem o trato gastrointestinal, gerando uma inflamação generalizada e a formação de diversas feridas, como a mucosite. “Quando surgem na boca, essas feridas podem provocar a incapacidade do paciente em se alimen-

tar, levando à má nutrição, perda de peso e desidratação, o que aumenta as chances até mesmo desse paciente já debilitado adquirir uma infecção oportunista. Além disso, a mucosite pode limitar a eficácia do tratamento do câncer, aumentar os custos de hospitalização e até levar à interrupção da quimioterapia ou radioterapia, o que reduz as chances de cura e sobrevida dos pacientes com câncer”, explica Marize.

Pensando nisso, o grupo de pesquisa especializado em fisiopatologia do câncer, farmacologia, toxicologia e tecnologia farmacêutica desenvolveu o Fitoprot. Marize revela que o projeto foi aprovado pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e conta ainda com o apoio da FBM Indústria Farmacêutica. “A ideia era desenvolver uma estratégia de um fitomedicamento que fosse inovador, com tecnologia agregada, eficaz, seguro e com condições de atender aos critérios de aprovação da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Diante destas condições, buscamos a parceria com a FBM, que acreditou na proposta e investiu recursos financeiros e know-how para o desenvolvimento do projeto que culminou nas patentes”, explica a professora.

Além de fitoterápico, o Fitoprot tem outro diferencial: é aderente à mucosa da boca. Marize esclarece que, nos estudos clínicos, a forma farmacêutica investigada foi a de um enxaguatório bucal, que possui propriedade mucoadesiva, ou seja, fica por mais tempo no local de ação. Apesar disso, os pesquisadores também projetaram uma outra apresentação do produto em forma de pomada. “A patente protege e nos dá o privilégio de exclusividade na exploração comercial do Fitoprot, que pode compreender diversas formas farmacêuticas, incluindo soluções e pomadas. O Fitoprot é um fitomedicamento inovador, 100% idealizado e desenvolvido por pesquisadores e indústria goiana com sua eficácia cientificamente demonstrada para tratar a mucosite oral”, pontua.

Até se chegar aos princípios ativos do Fitoprot, Marize conta que os pesquisadores já estudavam por vários anos patologias do câncer, produtos naturais e novas tecnologias. De acordo com a professora, para o desenvolvimento do fitomedicamento, o grupo se baseou em dados da literatura acerca de propriedades biológica e toxicidade das plantas, além de estudos preliminares não publi-

cados à época, que elegeram os componentes da formulação do Fitoprot: Bidens Pilosa e Cúrcuma. “Essas plantas já faziam parte da relação do ReniSUS, ou seja, são plantas de longa data de uso e de baixo potencial de toxicidade”, acrescenta.

A cooperação entre empresa e universidade é um fator importante para o sucesso da pesquisa, avalia Marize. Segundo a professora, o projeto é a aplicação do conhecimento gerado em instituições públicas, como a UFG e o Hospital Araújo Jorge, para sanar os problemas da comunidade em geral. “É uma forma que a universidade encontrou de devolver todo o investimento que a sociedade aplica na educação. Além de chegar no Fitoprot, nós conseguimos também formar conhecimento e pessoas, isso porque somente deste estudo saíram três mestres e dois doutores”, comemora.

Agora, depois do reconhecimento das patentes, Marize explica que o próximo passo é apresentar o Fitoprot à Anvisa. “Esta etapa está em curso e esperamos concluí-la em breve. Com o registro na Anvisa, a empresa farmacêutica adquire a autorização sanitária para a comercialização do produto”, conclui.

REFORMA ADMINISTRATIVA ESCONDE ESTRATÉGIA PARA PRIVATIZAÇÕES NO SERVIÇO PÚBLICO PELO GOVERNO BOLSONARO

MAQUIADA DE PACOTE DE AÇÕES QUE DEVEM GERAR ECONOMIA DO ESTADO COM A MÁQUINA PÚBLICA, PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL PODE RETIRAR DIREITOS E PROMOVER DESMONTE DO ESTADO

Arte: Thamires Vieira



PROPOSTA DE REFORMA ADMINISTRATIVA QUER RETIRAR DIREITOS DOS SERVIDORES E SUCATEAR SERVIÇOS PÚBLICOS OFERECIDOS À POPULAÇÃO

Luciana Porto

A máquina pública federal sofreu uma redução histórica. Participam dessa engrenagem atual 208 mil servidores públicos estatutários. Em 2007, este quantitativo representava 333,1 mil do funcionalismo. Os dados foram retirados do Painel Estatístico de Pessoal (PEP), do Governo Federal e apontam, ainda, que na média dos últimos três anos, apenas 11,6 mil novos servidores foram contratados. Essa diminuição é resultado da aprovação do teto de gastos pelo governo de Michel Temer, em 2015, medida que, na gestão de Jair Bolsonaro, se agravou ainda mais com a restrição de contratações e o congelamento de salário dos servidores. Agora, o serviço público está próximo de ser novamente golpeado com a iminência da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 32/2020), mais conhecida como reforma administrativa, que permeia no Congresso em busca de aprovação.

A justificativa para uma reforma administrativa é enxugar gastos com a máquina pública. Contudo, os salários e encargos do funcionalismo federal civil ativo e inativo em 2021 somam R\$ 335,4 bilhões, R\$ 2 bilhões a menos do que no primeiro ano da gestão de Bolsonaro, de acordo com dados apresentados pela Secretaria do Tesouro Nacional e corrigidos pela inflação. Além disso, apesar do repetitivo discurso do enxugamento das despesas, em maio deste ano, o presidente aumentou próprio salário e o de ministros em até 69%, estourando o teto do funcionalismo. O impacto fiscal da medida pode variar, mas é estimado pelo governo em aproximadamente R\$ 66 milhões ao ano. Enquanto isso, os professores federais estão sem reajuste desde 2015 e com uma perda salarial que já soma 23%. Então, a quem interessa a Reforma Administrativa?

Entendendo a PEC

O especialista em Direito e Processo do Trabalho e mestre em Direito Político e Econômico, além de professor da pós-graduação Lato Sensu de Direito e Processo do Trabalho da Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo, Rodrigo Casali, explica que a proposta da reforma administrativa representa a terceirização do setor público. De acordo com o advogado, a reforma divide os servidores por castas, cujo topo pertence às carreiras típicas de estado. “No texto da reforma não há descrição de quais categorias vão pertencer a esse quadro, isso será definido por uma Lei Complementar. Por isso é importante que os sindicatos se mobilizem e façam lobby no Congresso para conseguir que os

docentes federais entrem na classe de carreira típicas de estado. O que se escuta é que a lógica para elaboração desta LC será a correspondência da categoria no setor privado. Portanto, precisamos provar que os docentes federais têm peculiaridades sobre os demais professores”, aconselha o especialista.

“O governo quer implementar a lógica do lucro no serviço público, o que é uma grande falácia. O serviço público foi criado para atender a sociedade”, critica Casali. O advogado enumera as conjunturas que poderiam ocorrer neste cenário, caso a PEC 32/2020 seja aprovada, como por exemplo as jornadas de trabalho exorbitantes, a falta de estabilidade, maior sujeição do servidor a acidentes de trabalho, redução de salários, extinção dos concursos públicos. Este último deverá funcionar com uma nova dialética: os primeiros colocados para um determinado cargo atuarão por um estágio probatório e, após o período de experiência, apenas um candidato será efetivado. “O governo fala tanto em meritocracia, mas quer acabar com um dos principais instrumentos que seleciona por mérito, que elege o mais bem preparado. Além disso, esse novo modelo de seleção abre brecha para indicações políticas e está sujeito a corrupção. Vamos voltar para o tempo da monarquia, quando o rei indicava”, alerta Casali.

Bastante criticada por quem desconhece o serviço público, a estabilidade também está na mira da reforma administrativa. Se aprovada, a proposta permitirá que apenas funcionários de carreiras típicas de estado continuem estáveis. Além disso, há a possibilidade de todos os cargos em comissão, inclusive técnicos, serem ocupados por pessoas que não são servidores de carreira. Atualmente, no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por exemplo, são contabilizados pelo menos 230 cargos, contudo apenas 145 podem ser ocupados por servidores, cenário que pode ser ainda pior, uma vez que a reforma retira essa restrição. Outro ponto que merece destaque é a liberdade de cátedra do ensino. O fim da estabilidade abre possibilidade para a demissão de servidores e, se aprovada, o docente deixa de ter a liberdade, que hoje é garantida pela Constituição, de lecionar conforme os princípios da liberdade de aprender, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte, o saber. Ou seja, os professores estarão vulneráveis às decisões do ministro, do presidente, do governador, do prefeito, ou do reitor no caso das universidades federais.

Ao longo de poucos anos, todas as mudanças prometidas pela

reforma administrativa podem gerar um colapso de ineficiência do serviço público e abrir brecha para privatizações. Casali aponta que outra questão que deve ser levada em consideração pelos docentes federais é o, por enquanto adormecido, programa Future-se, que dá autonomia financeira às universidades e estimula que as próprias instituições façam suas captações de recursos. “A reforma dará todas as condições necessárias para implementação do projeto. Além disso, temos de lembrar das OSs e Oscips, que poderão ser implementadas para a gestão da Educação no País”, argumenta o advogado. “Eu não tenho dúvidas que no final restarão apenas as carreiras típicas de estado como serviço público”, completa.

O mito dos marajás

A demonização do servidor público é muito comum por parte da população brasileira. Isso porque criou-se uma ideia errada de que o serviço público concentra altos salários e regalias. Entretanto, essa não é a realidade. “Assim como na Reforma da Previdência, cuja economia que o estado espera de 90% será em cima de trabalhadores que ganham até dois salários mínimos, a Reforma Administrativa afetará os servidores de baixo escalão”, alerta o deputado federal por Goiás, Elias Vaz (PSB-GO). Reportagem publicada pela Folha de São Paulo em maio deste ano mostrou que, dos dez cargos mais bem pagos no Executivo federal, oito têm poder de lobby no Congresso Nacional ou relação com o Judiciário. Os salários médios líquidos por mês giram em torno de R\$ 20 mil. Lá no topo estão carreiras da Advocacia-Geral da União (AGU), da Defensoria Pública da União e do Ministério da Economia, pasta que comanda a reforma administrativa.

O deputado conta que recentemente denunciou ao parlamento que as quatro maiores empresas de telefonia do País devem um total de R\$ 6 bilhões aos cofres públicos. Vaz usou o exemplo para criticar a postura do governo federal de usar como justificativa a economia de recursos para promover a reforma administrativa. “A renúncia fiscal no Brasil chega hoje a quase R\$ 400 bilhões, mas para isso teria de mexer com as empresas privadas e o governo não quer isso. Ou seja, é mais fácil jogar o problema fiscal nas costas do trabalhador. Aí vem com essas propostas como a Reforma da Previdência e agora a Administrativa, que fazem parte de toda uma política de passar a boiada, aproveitando inclusive o momento de crise que estamos enfrentando hoje no País”, lamentou Elias Vaz.

O parlamentar também é con-

tra o fim da estabilidade no serviço público. Para exemplificar a importância da carreira estável, o parlamentar lembra o caso do servidor Luis Ricardo Miranda, do Ministério da Saúde, que denunciou suposto escândalo envolvendo a compra da vacina indiana Covaxin. “Se a reforma administrativa estivesse em vigor, esse servidor seria demitido. Então, isso mostra o quanto a proposta representa um risco para todos nós”, afirmou.

Não à Reforma

Para conscientizar os docentes e demais servidores sobre os prejuízos que a Reforma Administrativa deve causar ao serviço público, o Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato), em parceria com a Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituição Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (Proifes-Federação), tem atuado na promoção de campanhas. “As manifestações, são importantes para mostrarmos ao governo que não estamos satisfeitos, mas hoje basicamente a nossa luta tem sido dentro do parlamento, a Proifes foi criada com essa perspectiva de negociação”, explica Wellington Duarte, vice-presidente da Proifes.

De acordo com o docente que atua na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o governo de Jair Bolsonaro veio para quebrar todas as regras existentes, isso para o lado negativo. “O que eles estão propondo é jogar fora a atual carreira dos servidores federais e montar uma nova, sem incluir é claro os militares e judiciário. Isso significa na prática que os professores terão que se adaptar a uma nova carreira. Vamos ter de reconstruir a nossa vida acadêmica e profissional. É uma instabilidade muito grande”, reforça Duarte.

Para o presidente do Adufg-Sindicato, professor Flávio Alves da Silva, um dos principais retrocessos que constam na proposta de reforma é a perda da estabilidade dos servidores públicos. “Recentemente, tivemos dois casos de denúncias graves de irregularidades feitas por servidores públicos contra o Governo Federal, nos ministérios do Meio Ambiente e da Saúde. Sem estabilidade, provavelmente, os dois profissionais já estariam fazendo parte das estatísticas de desemprego do País. A perda da estabilidade colocará os servidores em situação de total desproteção contra a pressão de governantes corruptos e de políticos”, avalia.

PLATAFORMA CRIADA PELA UFG AUXILIA MEC A MONITORAR A EDUCAÇÃO NA PANDEMIA

PROFESSOR GILSON OLIVEIRA BARRETO, COORDENADOR DO PROJETO, FALA SOBRE O PROCESSO DE CRIAÇÃO E A SUA UTILIDADE

Vinícius Braga

Escolas fechadas e alunos distantes das salas de aula. Essa é uma realidade do Brasil desde que a pandemia do novo coronavírus chegou ao país, em 2020, praticamente junto com o início do ano letivo. Com isso, professores, estudantes e famílias se viram diante de uma nova rotina, repleta de mudanças e desafios, buscando formas de reduzir o prejuízo educacional e a preservação do direito à educação.

Após um ano de pandemia, a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC) lançou o “Painel de Monitoramento da Educação Básica no Contexto da Pandemia”, disponível no endereço painelcovid-seb.mec.gov.br. A plataforma foi desenvolvida pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e traz dados baseados

em questionários respondidos por dirigentes estaduais e municipais, além de diretores escolares.

A ferramenta mostra ao usuário o número de matrículas, escolas e turmas, quantidade de casos de Covid-19 nas unidades, além de diversos mapas e gráficos com informações importantes acerca da situação da educação básica pública brasileira nesta nova realidade.

O professor Gilson Oliveira Barreto, coordenador do Laboratório de Tecnologia da Informação e Mídias Educacionais (LabTime) da UFG, está à frente deste projeto e explica como se dá a parceria com o MEC. “Nós já desenvolvemos sistemas para o Ministério da Educação há aproximadamente 15 anos. Mais uma vez, fomos convidados pela Pasta para criar este Painel, que permite as escolas públicas

dos estados e municípios acompanharem a situação da Covid em seus contextos”.

Utilidade

De acordo com o docente, as respostas dos dirigentes e diretores foram compiladas e divulgadas em forma de gráficos. Por meio da plataforma, é possível obter informações como: “A escola atuou (está atuando) com ensino remoto em decorrência da pandemia de Covid-19?”; “A escola utiliza alguma estratégia para busca ativa dos estudantes que não estão participando das atividades ofertadas pela escola?”; Qual foi a destinação da merenda escolar em estoque na escola após a suspensão das aulas?”; entre outros questionamentos.

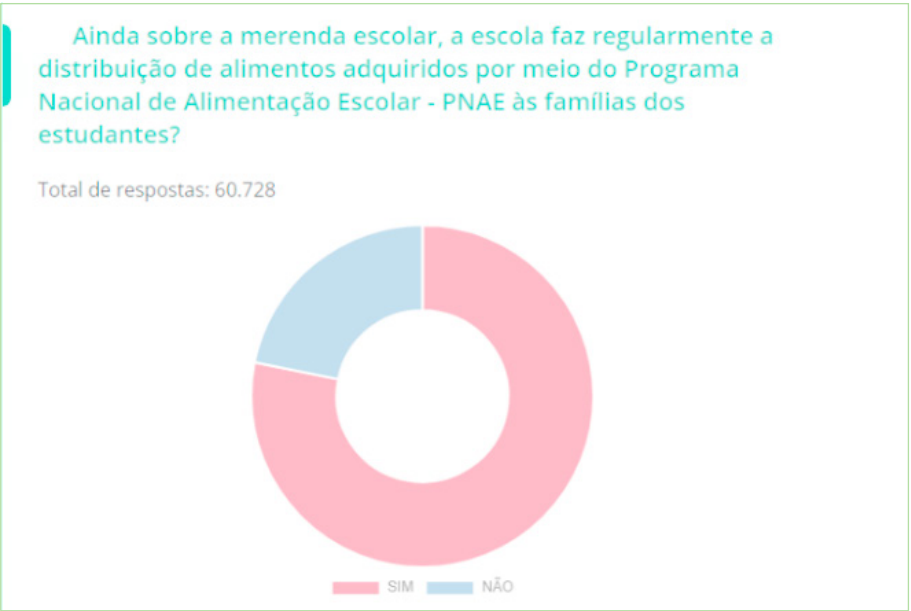
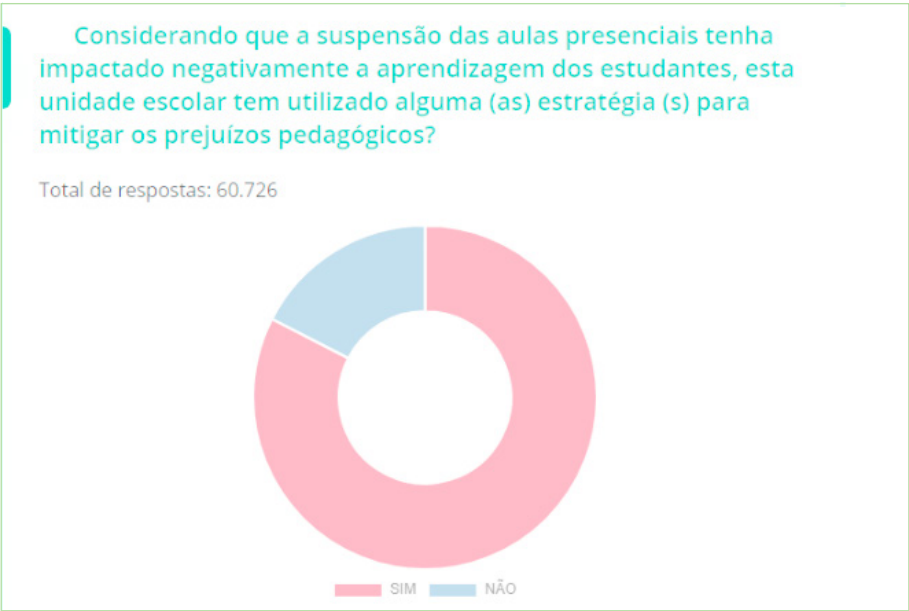
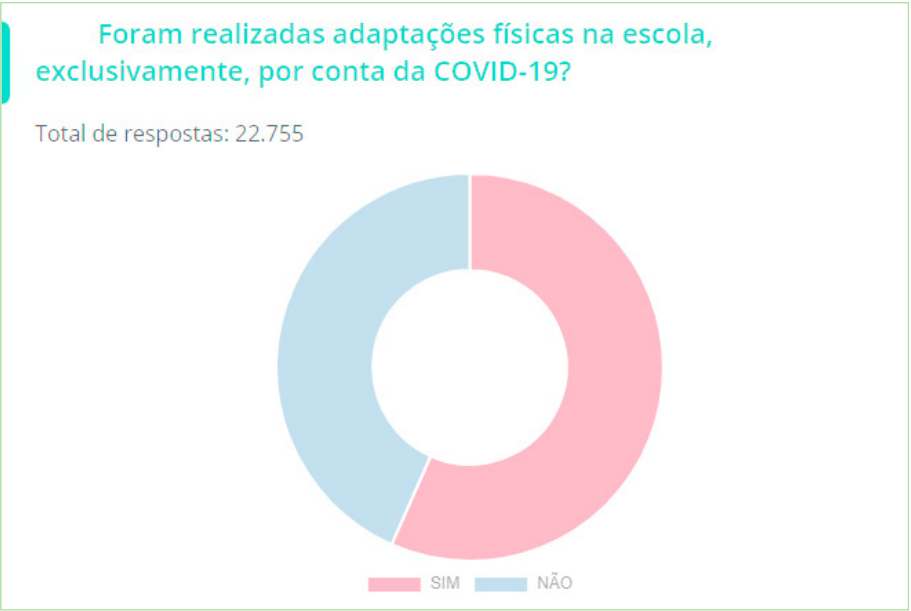
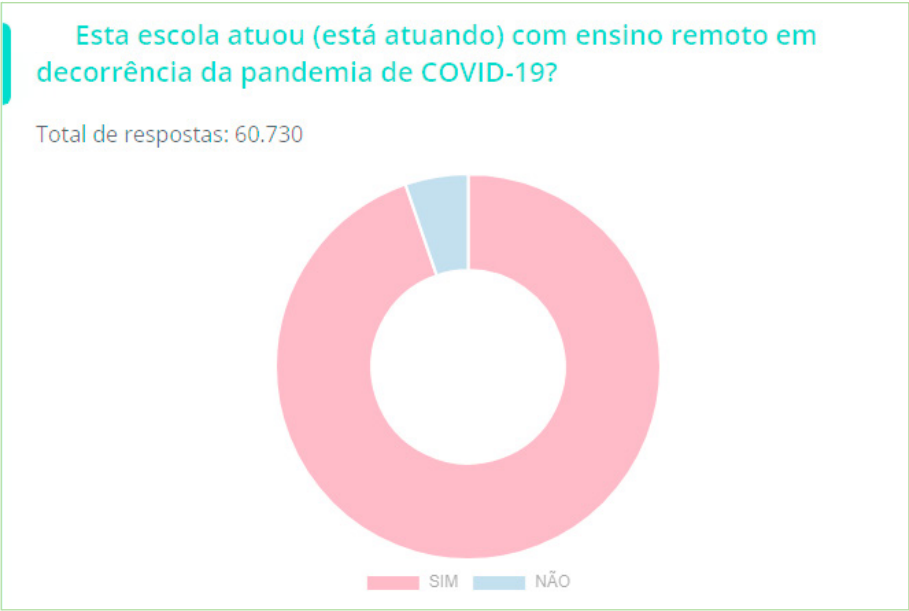
“O Painel não foi criado

para estimular o retorno às aulas presenciais, e sim para mostrar como tem sido a realidade da população estudantil neste período vivido por nós. São informações interessantes não apenas para os gestores, mas para toda sociedade. Elas podem auxiliar na tomada de decisões neste contexto da pandemia”, afirma.

A expectativa, segundo o professor, é aprimorar cada vez mais esta ferramenta para que ela forneça outras informações pertinentes sobre o contexto escolar. “Por meio de aplicativos, os próprios alunos poderiam alimentar o Painel. Eles nos passariam os dados e, em seguida, compilaríamos em uma base. Enfim, vamos aguardar”, conclui Gilson.

Confira alguns dados disponibilizados pelo Painel:

Gráficos: disponibilizados no site <https://painelcovid-seb.mec.gov.br/questionario/index.html>



“A ESCOLA É UM ESPAÇO FUNDAMENTAL NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA”

Em entrevista ao Jornal do Professor, a docente da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, Miriam Fábria Alves, critica o projeto de ensino domiciliar



Foto: Erik Ely

Miriam Fábria é estudiosa da área de política educacional e reflete a importância do papel da escola na formação das crianças

Luciana Porto

Acordar cedo, tomar café da manhã e vestir o uniforme escolar. Essa rotina pode estar próximo do fim para alguns estudantes, caso o ensino domiciliar, ou “homeschooling”, em inglês, seja regulamentado no Brasil. Apesar de haver outras emergências educacionais que deveriam estar na lista de prioridades do governo de Jair Bolsonaro, como a exclusão digital que afeta milhares de alunos no País e o corte orçamentário que pode levar às universidades federais a paralisarem suas atividades até o fim do ano, a proposta do Homeschooling ganha cada dia mais espaço no Congresso. O Jornal do Professor conversou sobre o projeto com a docente da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (FE/UFG) e pesquisadora da área de políticas educacionais, ensino médio e juventudes, e organização e gestão escolar, Miriam Fábria Alves.

Jornal do Professor: quais mudanças essa proposta de ensino domiciliar pode causar no sistema educacional do Brasil?

Miriam Fábria: na verdade, o Homeschooling é um projeto voltado para um grupo muito pequeno de pessoas desse País. Apenas um grupo de elite tem condições de realizar a

educação domiciliar e dar o suporte necessário para aprendizagem das crianças em casa. Então, não há uma proposta de mudança no sistema educacional. No entanto, há uma ameaça para o sistema educacional, uma vez que essa minoria que defende o ensino domiciliar cobra do governo uma assistência educacional. Ou seja, seria necessário um desvio de recursos da educação para manutenção desses alunos que estariam aprendendo em casa. Em tese, o Estado teria de realizar um controle dessa educação, e ao fazer isso, o governo teria de deslocar pessoal, recursos e tudo o que fosse preciso para a manutenção e acompanhamento desse ensino domiciliar. Isso quebra a perspectiva da educação como um direito de todos, da oferta pública dessa educação.

JP: caso aprovado, o ensino domiciliar exclui o aluno da interação social com outros estudantes e toda a comunidade escolar. Isso não prejudica o desenvolvimento da criança ou adolescente?

Miriam: com certeza, essa é uma outra discussão importante que estamos fazendo sobre esse projeto. O Homeschooling atende a um desejo do pai, da mãe ou do res-

ponsável. Ele não atende a perspectiva do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que resguarda os direitos da criança e adolescentes. O ensino domiciliar quebra a interação e a perspectiva republicana de formação, que é a convivência com o diferente, o diálogo com diferente. O Homeschooling vai na contramão disso. Além disso, você impede que essas crianças, adolescentes e jovens tenham a convivência no País, que é prevista na Constituição. Isso é um prejuízo muito grande no ponto de vista de formação das futuras gerações. É um grupo pequeno, mas ao mesmo tempo, esse grupo pequeno está negando aos seus filhos o direito de conviver em sociedade. Essa é uma questão fundamental para a cultura republicana. Só se faz República quando nós convivemos, pensamos diferente, dialogamos diferente, temos nossa identidade diferente. O Homeschooling fecha ainda mais, limita ainda mais a vida dessas crianças.

JP: o ensino remoto, praticado durante a pandemia, deu fôlego para essa discussão?

Miriam: precisamos de mais pesquisa com relação a isso. Mas, a

pandemia traz essa ideia do limitador, da não convivência, da não aglomeração e, consequentemente, para aqueles que defendem o Homeschooling abre uma perspectiva de dizer assim “ah nós estamos há um ano e meio com as escolas fechadas ou funcionando no limite”. Temos algumas pistas de que esse isolamento e não participação da escola na vida dos alunos tem afetado gravemente o desenvolvimento das crianças e adolescentes. Não estamos falando apenas de estudantes de baixa renda, mas das crianças de uma forma geral. As crianças estão mais ansiosas, mais fechadas no seu próprio universo, mais plugadas e conectadas no celular e menos na convivência humana. São elementos que a pandemia tem apresentado que deveria nos dizer ao contrário do que prega o Homeschooling, deveriam endossar a nossa perspectiva que a escola é um espaço, inclusive, da saúde mental, da saúde comunitária. Devemos retomar a ideia da pandemia como um momento que a gente não quer que perdure e que a escola, assim como os demais espaços de convivência humana, é fundamental na construção da cidadania.

CRISE HÍDRICA OU ENERGÉTICA? EM MEIO À DÚVIDA, BRASILEIROS SOFREM CONSEQUÊNCIAS NO BOLSO

ESPECIALISTAS ANALISAM O PROCESSO DE GERAÇÃO DE ENERGIA NO BRASIL E APONTAM DESAFIOS

Imagem: Pixabay/ Arte: Thamires Vieira



Bandeira vermelha nível 2 passou de R\$ 6,24 para R\$ 9,49, pesando no orçamento das famílias

Vinicius Braga

Os brasileiros já contam com um reajuste de 52% na taxa extra embutida nas contas de luz. A chamada bandeira vermelha nível 2 passou de R\$ 6,24 para R\$ 9,49 para cada 100 quilowatts consumidos por hora, um valor que pesa bastante no bolso das famílias.

Para o Governo Federal, a justificativa está na crise hídrica. Segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), no último período chuvoso, o Brasil registrou a pior entrada de água nos reservatórios em 91 anos, principalmente nas regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Com a falta de água nos reservatórios de hidrelétricas, é preciso aumentar ao máximo as taxas para equilibrar as contas dos fornecedores de eletricidade. Diante do dado alarmante, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, pediu uso “consciente e responsável” de água e energia por parte da população.

Mas, será que a atual situação se deve apenas à questão ambiental? Para o coordenador nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens, Gilberto Carlos Cervinski, a resposta é não. “Hoje, no Brasil, temos energia de sobra e, ao mesmo tempo, corremos o risco de racionamento. Estamos diante de uma crise energética que traz grandes

consequências para a população”, diz.

Segundo ele, é uma farsa do governo jogar a culpa do aumento das tarifas nos recursos naturais. “Se olharmos os dados estatísticos, as chuvas abaixo da média já eram previstas. Por isso, o planejamento a longo prazo se faz tão necessário. A explosão nos valores da energia precisa ter justificativa e, por isso, culpam as questões climáticas. Porém, isso não tem a ver com o clima. Diz respeito à política energética que se adota e que está em curso”, complementa Gilberto.

Agravantes

E como surge uma crise energética? Segundo Enes Gonçalves Marra, engenheiro eletricista e professor da Escola de Engenharia Elétrica, Mecânica e de Computação (EMC) da Universidade Federal de Goiás (UFG), surge como todos os problemas nacionais. “Da imprevidência, da falta de planejamento, da negligência, da priorização de interesses corporativos e de grupos restritos em detrimento do interesse nacional”, reforça.

Somado a isso, ele destaca a ausência de uma política de comunicação com a sociedade para informar e conscientizar sobre o uso racional da energia, além da negligência em acompanhar os avanços científicos disponíveis

e adotar tecnologias mais modernas a fim de lidar de forma adequada com os cenários previsíveis.

Atualmente, a capacidade de geração de energia elétrica no Brasil é suficiente para suprir o pico da demanda nacional, de acordo com o docente. Entretanto, ele resalta que o problema não é tanto a geração de energia elétrica, mas a capacidade de transportá-la até os centros de consumo por meio de linhas de transmissão.

“A geração de energia do nosso país está relativamente distante dos centros de consumo. A transmissão é onerosa e a margem de segurança é pequena. Desta maneira, um defeito em uma linha importante exigirá que parte da carga seja desconectada, podendo ocorrer os ditos ‘apagões’ em algum momento”, afirma.

De forma didática, Enes faz uma analogia com uma malha viária para explicar o processo. “Se muitas pessoas tentam se deslocar de um ponto a outro no mesmo horário, haverá um colapso, um engarrafamento, e o trânsito não vai fluir. A solução é encontrar caminhos alternativos para o tráfego. O mesmo ocorre com a energia elétrica”.

Alternativas

Para resolver os problemas relacionados à energia, o docente pontua que ações devem ser tomadas no curto, médio e longo prazo. No setor elétrico, acrescenta ele, o curto prazo é um período de até cinco anos, o médio é de cinco a 10 anos, e o longo prazo além de 10 anos.

Como exemplo de medidas que podem ser tomadas no curto prazo, ele menciona o uso racional e eficiente da energia elétrica pelos cidadãos. “As pessoas podem substituir lâmpadas convencionais por iluminação de LED, trocar seus eletrodomésticos antigos e evitar o desperdício com banhos longos”.

No médio prazo, segundo ele, o governo deve rever a dependência de fontes centralizadas e distantes da carga, incentivando a Geração Distribuída (GD) de energia elétrica, principalmente a energia solar fotovoltaica, que é produzida a partir do calor e da luz solar.

Para longo prazo, Enes defende que o Brasil deve priorizar as fontes limpas e renováveis de energia, além de buscar estratégias de investimento no Rede Básica do Sistema de transmissão a fim de aumentar a estabilidade e a robustez do sistema. “É também papel da sociedade acompanhar o tema e cobrar atitude dos gestores públicos”, conclui.

UM BRASIL DE MUITAS LÍNGUAS, MAS POUCO VALORIZADAS

PROFESSORA ALINE DA CRUZ FALA SOBRE A RIQUEZA LINGUÍSTICA DO PAÍS
E OS DESAFIOS PARA A MANUTENÇÃO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS

Vinícius Braga

Que o português é o idioma oficial do Brasil todos já sabem. Mas, você sabia que por aqui há outras 274 línguas faladas por indígenas de 350 etnias diferentes? É o que aponta levantamento do Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O dado revela a vasta diversidade linguística brasileira, condizente com a pluralidade cultural do País.

Apesar do número considerável de línguas, a professora Aline da Cruz, do Núcleo Takinahaky de Formação Superior Indígena (FL/UFG), alerta que a quantidade era ainda maior antes da colonização. “Com base na análise de Loukotka (1968), podemos dizer que as línguas indígenas faladas atualmente correspondem a aproximadamente 10% da diversidade linguística que existia em 1500. Para se ter uma ideia, apenas 37,4% dos indígenas no Brasil falam suas línguas originárias”.

Outra consequência do processo colonizatório, segundo a docente, é o equívoco sobre o monolinguismo, o que faz com que os brasileiros desconheçam a variedade de línguas no País. “Estamos acostumados a olhar para o lado e ver todo mundo falando português, viajar pela América Latina e ver a maioria falando espanhol,

ou ver filmes em que todos falam inglês. Por isso, acreditamos que o natural é o monolinguismo. Porém, isso é um efeito nefasto da colonização. O normal é a diversidade linguística”, explica.

Risco de extinção

Aline da Cruz ainda levanta outra questão preocupante: o risco de extinção de algumas línguas. De acordo com o Atlas das Línguas em Perigo da UNESCO, todas as línguas indígenas no Brasil estão fortemente ameaçadas. A situação se agrava ainda mais com a pandemia. A Covid-19 atingiu 152 povos indígenas no Brasil e já levou milhares deles a óbito, segundo o boletim da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

Entre eles, o senhor Aruká Juma, último falante da língua Juma, e o senhor Nilo Puruborá, deixando agora apenas um ancião com a difícil tarefa de ajudar os jovens na revitalização desta língua. “Desta forma, a tarefa de documentar as línguas indígenas é urgente. Mas, infelizmente, apenas um número muito reduzido de linguistas trabalha nessa documentação”, alerta a docente.

Valorização

Outro desafio apontado pela professora é relacionado à valoriza-

ção das línguas no Brasil. Para ela, as dificuldades são enormes e ultrapassam a mera atuação de linguistas. “São questões de ordem econômica, social e política. Não podemos ser ingênuos e tratar o assunto apenas nas Faculdades de Letras e cursos de Antropologia. Para que um povo se sinta seguro de falar sua própria língua, transmiti-la para os descendentes e, com ela, os saberes e práticas ancestrais, as pessoas precisam estar seguras de que isso será o melhor para os seus filhos”, analisa.

Além disso, ela destaca que, muitas vezes, os indígenas se perguntam: “Meu filho vai arrumar emprego falando a língua indígena? Não é melhor falar português?”. Aline conta que ouviu muito isso em São Gabriel da Cachoeira (AM), município mais indígena do Brasil. “Se os pais pensam assim, imagina os adolescentes? Para quebrar esse ciclo de recusa da língua materna, os povos indígenas precisam ter certeza de que falar línguas indígenas será o melhor caminho para seus filhos. E isso só acontece quando os povos tem autonomia para viver bem em seus próprios territórios”, complementa.

Projeto de Lei 490/2007

Porém, de acordo com ela, o que tem acontecido é o contrário: a cada ano menos terras indígenas

são homologadas. “Chegamos ao absurdo do presidente Bolsonaro não demarcar nenhuma terra indígena, literalmente rasgando a Constituição de 1988. Pior que isso, tramita na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 490/2007”, diz.

O ponto mais polêmico da proposta trata do marco temporal e prevê que só poderão ser consideradas terras indígenas aquelas que já estavam em posse desses povos na data da promulgação da Constituição, 5 de outubro de 1988, passando a exigir, desta forma, uma comprovação de posse, o que hoje não é necessário. O texto ainda flexibiliza o contato com povos isolados, proíbe a ampliação de terras que já foram demarcadas e permite a exploração de terras indígenas por garimpeiros.

“Ou seja, literalmente, estão destruindo as terras indígenas. Como você espera que as línguas indígenas sobrevivam? Se esse projeto de lei passar, não haverá línguas indígenas, nem saberes ancestrais, nem preservação ambiental. Estamos em risco iminente de perder línguas, saberes, enfim, vidas indígenas. E a população está alheia a tudo isso. A perda dessa diversidade linguística afeta a todos nós, afeta nossa possibilidade de futuro”, finaliza a docente.

Fotos: Divulgação



Professora Aline da Cruz durante aula no Núcleo Takinahaky de Formação Superior Indígena (FL/UFG)



Indígenas do Xingu protestam contra o Projeto de Lei 490/2007, tido como uma ameaça a eles

 INFORME JURÍDICO

COM REFORMA ADMINISTRATIVA, SERVIDORES PÚBLICOS PODEM TER FUNÇÕES ALTERADAS

A proposta de reforma administrativa do Governo Federal prevê um grande risco da perda de estabilidade no serviço público. Outros graves aspectos contra os servidores também fazem parte da PEC 32/20, que prevê, inclusive, alterações nas funções dos servidores.

Segundo explica o advogado Igor Escher, da Assessoria Jurídica do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato), bastará uma lei para extinguir o cargo. “Diante disso, o servidor pode passar a ficar disponível para outra função. Um docente, por exemplo, poderá ser deslocado para outro cargo completamente diferente daquele para qual foi aprovado no concurso público”, explica.

O alerta também consta em ofício entregue pela Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil) à Presidência da Câmara dos Deputados. “O artigo 84 permite a alteração, por decreto, das atribuições dos cargos dos atuais servidores, o que hoje, pela Constituição, depende de lei aprovada pelo Poder Legislativo”, diz o documento.

PROFESSORA DO CEPAE GANHA AÇÃO PARA RECEBER O RSC RECONHECIDO E NÃO PAGO

Uma docente do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (Cepae) ganhou na Justiça direito de receber integralmente o Reconhecimento de Saberes e Competências - RSC que a UFG deferiu, mas nunca fez o pagamento.

A UFG, apesar de reconhecer o direito da docente em receber o direito, inclusive calculando os valores retroativos, não fez o pagamento, alegando que caberia ao Ministério da Economia autorizá-lo. A Justiça, contudo, determinou que a UFG realizasse o imediato pagamento, por se tratar de verba alimentar e, portanto, sem necessidade de autorização do Ministério da Economia, explica o advogado Igor Escher.

A CRIMINALIZAÇÃO DA DENÚNCIAÇÃO CALUNIOSA E A COAÇÃO DOS ABUSOS NO DIREITO DE DENUNCIAR



Foto: Diogo Fleury



Foto: Diogo Fleury



Foto: Erik Ely

Elias Menta Macedo, Igor Escher Pires Martins e Jean Carlos Batista Moura são advogados e integrantes dos escritórios de advocacia que prestam assessoria ao Adufg-Sindicato

Ainda no ano de 2018, escrevemos para esse periódico texto em que tratamos sobre as denúncias vazias e a limitação na atuação do professor, apontando que vislumbramos um aumento exponencial nas denúncias sofridas pelos professores, impressionando-nos o fato de várias delas não possuírem um mínimo de lastro, comprovações e fundamentos, caracterizando-se, em verdade, no simples abuso do direito de denunciar, o que configurava, ao fim e ao cabo, em instrumento de coação ao exercício das funções do magistério, o que é impulsionado e tem elevados custos suportados pela administração pública, que inicia investigações de fatos, por muitas vezes, sem indícios.

A sindicância e/ou o processo administrativo movimentam a máquina da administração com o custo das horas dos participantes da comissão, servidores da comissão de processo administrativo e da ouvidoria, bem como de uma série de insumos que são utilizados para apurar determinada conduta. O desafio, a correta utilização do sistema da Ouvidoria por todos, buscando que haja, ao mesmo tempo, a plena liberdade de se efetivar denúncias e pedir providências para coibir abusos e que se evite que comunicações frívolas e sem qualquer amparo fático afetem a vida e o bem estar dos servidores. Diga-se de passagem têm sofrido efeitos

deletérios, inclusive em sua saúde física e mental, por atos puramente irresponsáveis.

Tal desafio é o mesmo para instauração das sindicâncias e processos administrativos e o que motiva a escrever um novo texto sobre o tema, fora a disciplina na esfera criminal de matérias que guardam relação direta com o problema que apontamos, sendo a primeira delas a edição da Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, conhecida popularmente como Lei dos crimes de abuso de autoridade, que trouxe: “Art. 27 Requisitar instauração ou instaurar procedimento investigatório de infração penal ou administrativa, em desfavor de alguém, à falta de qualquer indício da prática de crime, de ilícito funcional ou de infração administrativa, sob pena de detenção de seis meses a dois anos e multa.”

De fácil compreensão, pela leitura do artigo, é fato que a instauração de procedimento investigatório de infração administrativa sem indício de infração passou a ser punido. No ano seguinte, o legislador alterou o tipo da denúncia caluniosa que passou a constar com a seguinte grafia: “Art. 339. Dar causa à instauração de inquérito policial, de procedimento investigatório criminal, de processo judicial, de processo administrativo disciplinar, de inquérito civil

ou de ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime, infração ético-disciplinar ou ato ímprobo de que o sabe inocente: pena de reclusão de dois a oito anos e multa; a pena é aumentada de sexta parte, se o agente se serve de anonimato ou de nome suposto; a pena é diminuída de metade, se a imputação é de prática de contravenção.”

Apesar de nos filiar a uma corrente de pensamento que entende que o direito penal não deveria regulamentar toda e qualquer situação, nos parecendo que uma sanção pecuniária bem definida em favor daquele que foi acusado e que repare todos os custos da administração pública com o procedimento frívolo, poderia ter melhor punitivo-pedagógico, ainda assim é fato que a Lei está vigente e produz consequências imediatas.

No contexto do que fora disciplinado pela nova redação do tipo penal da denúncia caluniosa, a esperança é que os professores não tenham mais o exercício profissional mitigado ou restringido com desarrazoadas denúncias que servem como instrumento de coação da atividade docente, sob pena dos denunciadores e gestores que deem azo às sindicâncias e/ou processos disciplinares sem qualquer base fática, responderem criminalmente por tal.

ADUFG MARCA PRESENÇA EM ATOS CONTRA O GOVERNO FEDERAL



Foto: Erik Ely

Impeachment do presidente Bolsonaro está entre as reivindicações de atos públicos

Nos últimos meses, o Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) marcou presença em diversos atos contra a atuação do Governo Federal diante da atual crise sanitária, econômica e política. Em parceria com centrais sindicais e movimentos sociais, a população tem ocupado as ruas de Goiânia e de cidades do interior na expectativa de barrar a reforma administrativa,

criticar os cortes orçamentário realizado nas universidades federais e defender a ampla vacinação da comunidade.

No dia 24 de julho, o Adufg-Sindicato se reuniu a outras centenas de pessoas na Praça do Trabalhador, região Central da capital do Estado, para pedir o impeachment do presidente Jair Bolsonaro. As manifestações também ocorreram nas cidades de Jataí e Catalão, onde

a entidade possui subsedes. Dias antes, no dia 14 de julho, o Sindicato também participou de ato contra as privatizações promovidas pelo Governo Federal e em prol dos povos originários na Praça do Bandeirante, em Goiânia.

O presidente do Adufg, professor Flávio Alves da Silva, ressalta a importância de mobilizações no crise atual que o Brasil enfrenta. “Estamos vivendo uma

situação lastimável no País, com vacinação atrasada, milhões de desempregados e pessoas passando fome. Além disso, precisamos defender a educação dos constantes ataques, especialmente dos cortes orçamentários e da proposta de reforma administrativa, que pode acabar com a estabilidade dos servidores públicos e sucatear os serviços oferecidos à população”, afirma.

ADUFG PROMOVE SEMINÁRIO VIRTUAL SOBRE IMPACTOS DA REFORMA ADMINISTRATIVA



Imagem: captura de live

Advogado Elias Menta e professora Geovana Reis participaram do seminário sobre impactos da PEC 32/20

O sucateamento que a Reforma Administrativa (PEC 32/2020) deve gerar ao serviços públicos foi o principal tema de debate do seminário “Impactos da Reforma Administrativa”. O evento foi promovido, de forma virtual, pelo Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) entre os dias 29 de junho e 1º de julho e contou com a participação de juristas especializados na Constituição e do deputado federal Elias Vaz.

No primeiro dia de debate, o advogado Elias Menta, da Assessoria Jurídica do Adufg, falou sobre os ataques aos servidores e os desafios do movimento sindical. No segundo, a precarização do trabalho, caso a reforma seja aprovada pelo Congresso, foi a abordagem do advogado Rodrigo Guedes Casali. Por fim, no terceiro dia de evento, a Reforma Administrativa como uma peça no desmonte do Estado foi o tema da participação do parlamentar.

UFG DECIDE QUE AULAS DA GRADUAÇÃO CONTINUARÃO DE FORMA REMOTA NO PRÓXIMO SEMESTRE LETIVO

A Pró-Reitoria de Graduação orienta que o semestre letivo 2021/1, que deve começar a partir do dia 26 de julho, seja planejado nos moldes do que já foi executado em 2020. A decisão pela continuidade das atividades acadêmicas de forma remota acontece apesar do avanço da vacinação nas últimas semanas, com a maioria dos profissionais da educação já vacinados com a primeira dose.

O pró-reitor adjunto de Graduação da UFG, Israel Elias Trindade, explica que há, no momento, três resoluções e um livro

digital para orientar as diretrizes do ensino da graduação e da educação básica na UFG no contexto de pandêmico. “Esses documentos foram elaborados para garantir que o ensino na instituição seja desenvolvido preservando a qualidade, a isonomia e a segurança de todos os envolvidos”, afirma o pró-reitor, que também citou o franqueamento do Regulamento Geral dos Cursos de Graduação (RGCG), por meio da Resolução Consuni 33/2020 e a flexibilização do calendário acadêmico para 2021, por meio da Resolução Consuni 82/2021.



Foto: Ascom UFG

Pandemia leva UFG a dar continuidade ao Ensino Remoto Emergencial

“LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS CHEGOU ATÉ MIM COMO NECESSIDADE DE PERMANECER VIVA”

PROFESSORA LUCIANA APARECIDA ELIAS, DA UFJ, CONTA PARTE DA SUA HISTÓRIA DE SUPERAÇÃO E DEFESA DA COLETIVIDADE

Rafael Vaz

“A luta pelos direitos humanos chegou na minha vida como necessidade de permanecer viva. Sou uma mulher preta que veio da periferia, uma das classes mais assassinadas no Brasil”, afirma a professora Luciana Aparecida Elias, da Universidade Federal de Jataí (UFJ). A declaração da docente é forte e faz bastante sentido. De acordo com o Monitor da Violência, 75% das vítimas de feminicídio no primeiro semestre de 2020 eram negras.

Os dados reforçam a vulnerabilidade das mulheres negras porque não há políticas específicas voltadas para as necessidades delas e seus riscos específicos. Vale ressaltar que os contextos de violência entre mulheres brancas e negras é diferente, segundo especialistas, por causa do racismo institucional e estrutural na sociedade.

Nascida em Uberaba, em Minas Gerais, Luciana se mudou para Goiás quando tinha apenas três anos. Cresceu no Setor Cruzeiro do Sul, em Aparecida de Goiânia, onde teve contato com sua primeira luta em prol do coletivo. “As pessoas jogavam lixo em uma área pública na esquina bem próxima da minha casa. Minha mãe e eu fizemos cartazes e fomos até lá protestar”, conta. Uma praça na região leva o nome da mãe da docente: Elina Aparecida Elias.

Luciana dava aulas particulares para crianças da região. “Era como eu me sustentava. Ensina as pessoas com as tarefas e, partir disso, acabei me apegando ao ensino”, revela. Pensava em cursar Engenharia Elétrica, mas após uma conversa com a mãe, mudou de ideia. “Minha mãe percebeu que não havia tanto brilho no meu olhar quando falava sobre a área e me ajudou a refletir e tomar a decisão mais acertada”. Luciana cursou Matemática na Universidade Federal de Goiás (UFG).

A mãe morreu em 1994 e não conseguiu ver a filha concluir o curso. “Foi um período muito difícil, mas criei forças e concluí a graduação”. E não parou por aí. Chegando à UFG, ela se sentiu desafiada a continuar



Foto: Erik Ely

Luciana Aparecida Elias: uma vida dedicada à educação e à coletividade

estudando e cursou mestrado em Matemática pela mesma instituição e doutorado em Matemática Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

A mudança para Jataí ocorreu provisoriamente em 1997 e, de forma definitiva, em 2000. Atuou na Fundação Educacional de Jataí até 2006. Em seguida, ingressou na UFJ, que ainda funcionava como câmpus da UFG, e ajudou na defesa da autonomia da instituição, que ocorreu no final de 2018. “Foram muitos anos de luta, mas valeu a pena”, revela.

Aos 50 anos, Luciana Aparecida Elias ocupa um dos postos mais altos da UFJ, como pró-reitora de Assuntos Estudantis. “A criação da Universidade Federal

de Jataí foi a realização de um sonho para a comunidade acadêmica e participar da construção desse sonho de maneira mais efetiva é algo que me deixa muito feliz. Pensei muito antes de aceitar a Pró-Reitoria, mas aceitei porque é uma área que trata diretamente da vulnerabilidade social, econômica, psicológica e das necessidades básicas dos estudantes. Para tornar o Brasil melhor, é preciso lutar para que os estudantes estejam bem”, explica.

Luta permanente

Conquistar seu espaço fez com que Luciana passasse a pensar ainda mais no coletivo. “Sou da área de exatas, na qual a presença masculina é bem maior.

Por isso, preciso lutar pela permanência de vida das minhas iguais dentro daquilo que consigo como privilégio por ter estudado e me estabelecido profissionalmente”, declara a docente, que também faz parte do Grupo de Trabalho de Direitos Humanos Proifes-Federação.

Segundo a docente, é preciso aprofundar o debate sobre o assunto e estabelecer quais as questões ou motivos pelos quais existem poucas mulheres negras em posição de liderança. “Tenho consciência do meu papel na sociedade que não enxerga minhas iguais. Não somos muitas ocupando esses postos. É visível que, muitas vezes, as meninas pretas e periféricas não se reconhecem dentro desses espaços. Precisamos pensar isso de maneira mais abrangente”.

Luciana acredita, ainda, que as próprias universidades deveriam se tornar espaços mais igualitários. Para ela, é preciso criar políticas públicas mais efetiva de valorização e representatividade. “Precisamos contar com políticas institucionais que valorizem verdadeiramente as diferenças. Ainda temos muito o que avançar neste sentido porque o espaço acadêmico ainda não representa totalmente a sociedade quando falamos de igualdade”.

Questionada sobre o que mudou da menina que saiu de Minas Gerais e se tornou pró-reitora de uma universidade federal, a docente ressalta que sua essência continua a mesma. “Acrescentei novos conhecimentos e amadureci, mas minha vontade de lutar é a mesma. Aliás, as próprias causas de luta continuam a mesma seja no movimento negro, na associação de bairros e todas os locais de defesa da coletividade. A luta é árdua e permanente”.

Sobre o futuro, a professora espera que sua trajetória inspire outras mulheres na conquista dos seus espaços. “Espero, sinceramente, ser exemplo daquilo que já vivi e que vivo. Desejo que tudo isso sirva para que as mulheres negras e periféricas consigam alcançar seus objetivos”, conclui.